

## Alta autoridade para regenerar o Rio Grande do Sul



Por **TARSO GENRO\***

*Aos homens e mulheres que rejeitam o fascismo e rejeitam a vida assediada pelo medo ofertemos um pacto em defesa da nação, contra a destruição ecoambiental e em defesa da vida de bem com a natureza*

A ideia de termos uma Alta Autoridade Estadual para promover a reconstrução física e produtiva do Rio Grande do Sul, combinada com o projeto de instituir – a partir do Estado Nacional – o programa de construção de uma concepção de desenvolvimento econômico ecoambiental, com altas taxas de crescimento e inclusão produtiva são, não só convergentes, mas necessárias para desenhar o futuro do Estado e do país.

Assim como não se mede o progresso de um país pelas fortunas que amealharam os mais ricos, mas pelo nível de vida e de alcance da felicidade dos seus mais pobres, não se mede a grandeza concreta de um chefe de Estado pelo bem-estar do povo da sua nação nos momentos normais da vida nacional. Mede-se pela sua capacidade de reação orgânica às tragédias que ameaçam a sobrevivência da sua nação, acossada pelos seus inimigos ou pelos desastres imprevisíveis da naturalidade.

E mede-se pela compreensão dos avanços que as tragédias históricas ou naturais também geram na nação que ele lidera. Em 22 de junho de 1941 as tropas alemãs, com 73 divisões – mais de três milhões de soldados da Alemanha, mais 650 mil romenos e outros tantos finlandeses, italianos e croatas – puseram fim ao “Pacto Ribbentrop-Molotov”. Era a tentativa de derrubar o regime soviético e ocupar seu vasto e rico território, dando mais um passo para instaurar o Reich da barbárie, que deveria durar mil anos.

O discurso épico de Stálin retumbou no planeta, chamando tanto para luta guerrilheira contra o inimigo ocupante, como para a coesão dos Exércitos da URSS, para defender a nação: “Nossa gente não deve conhecer o medo na batalha e deve se unir a nossa guerra patriótica de libertação contra os escravistas fascistas”, disse Josef Stálin.

A fome, na crise americana de 1929, pôe de joelhos milhares de pessoas nas ruas, nas praças, nos campos, nas vastas e pequenas cidades do território americano, onde grassava o desespero e a desordem. Era a motivação de um grande susto do “sonho americano” (uma em cada quatro pessoas da força de trabalho estava desempregada) quando 4.305 grandes e pequenos bancos faliram e fecharam as portas de milhares de fábricas.

O discurso épico do Presidente Roosevelt propõe um “pacto anticrise”, defendendo um Estado “forte” para responder à situação dramática que atravessava o país: “solicito ao Congresso a única arma que resta para combater a crise, um amplo poder de decisão para combater a guerra contra o perigo, um poder tão amplo quanto aquele que me seria concedido se a nossa nação fosse invadida por um exército inimigo”, diz o Presidente. Aqui não precisamos estes poderes de exceção, mas um pacto político dentro da democracia social.

Os discursos épicos dos dois chefes de Estado se reportavam a situações diferentes – em extensão e dramaticidade – ao que ocorre aqui no Rio Grande do Sul, mas constituem falas sobre uma situação análoga. Trata-se do chamamento às

# a terra é redonda

responsabilidades a serem assumidas pelos povos e pelos líderes políticos de uma nação - com as mesmas responsabilidades a serem exigidas dos povos e das lideranças políticas de uma região, em momentos de desastre e crise.

A hecatombe de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul não tem a mesma extensão da situação americana na Crise de 1929, nem a mesma situação da União Soviética atacada pelos nazistas, mas para as pessoas atingidas no seu modo de vida e na sua existência material tem, todavia, o mesmo potencial destrutivo e mortífero de uma guerra.

Aqui é a natureza cobrando a conta da crise climática global, num território despreparado para resistir, embora a região não tenha sido atacada por qualquer força militar ou paramilitar, de caráter fascista. Aqui os militares foram e são fundamentais para resistir aos eventos mais próximos da tragédia e os negacionistas climáticos e sanitários embora atrapalhassem, agravaram a situação do território com a sua inércia administrativa e as suas ondas satânicas de *fake news*. E ficaram escondidos pela absolvição preliminar que a grande imprensa lhes ofertou - e continua ofertando - nos momentos mais duros da crise.

Temos dois caminhos à nossa frente. O primeiro seria nos conformarmos com a reconstrução do estado com o modelo de desenvolvimento que hegemonizou as elites políticas da direita e do conservadorismo aqui no Estado e que naturalizou - tanto nas camadas populares como nos grupos mais elitizados da cidade - a destruição das funções públicas do Estado, o negacionismo climático e sanitário, bem como a cultura do individualismo consumista e gentrificador do nosso espaço público. É a cultura de que um prefeito é "síndico" facilitador dos negócios privados.

O segundo é o mais complexo e mais difícil de ser liderado e executado, mas é o único capaz de reverter - a partir do Rio Grande do Sul - a demolição do Brasil. Trata-se de ofertar ao país, aos seus trabalhadores, empresários interessados no desenvolvimento com geração de renda, aos setores mais abertos da sociedade civil, aos deserdados pela miséria e pela exclusão, aos que pensam um futuro compartilhado, inclusive aos deficientes cognitivos de todas as áreas, um novo bloco de poder político nacional que nasça das dificuldades que devemos superar para voltar a sermos melhor do que somos.

Aos homens e mulheres que rejeitam o fascismo e rejeitam a vida assediada pelo medo - dentro de uma democracia renovada - ofertemos um pacto em defesa da nação, contra a destruição ecoambiental e um pacto em defesa da vida de bem com a natureza, para o futuro dos nossos filhos e netos.

Um projeto como esse só pode ser instituído a partir da autoridade do Presidente da República, para ser apoiado por aquelas instituições políticas nacionais e globais, públicas e privadas, que vinculam - em maior ou menor grau - seus lucros e sua vida, à regeneração da vida no planeta. É a cultura em que um prefeito e um governador não são meros "síndicos" do privatismo, mas articuladores do público e do privado para erguer a razão de Estado ao nível das necessidades da sociedade, especialmente dos mais desiguais.

Precisamos de um discurso normativo épico cuja narrativa é ideia de nação: um discurso que impulsionne, no ano que vem - a partir do Rio Grande do Sul - a organização de um ente público que responda diretamente ao Presidente, para criar soluções compatíveis com o tamanho da nossa tragédia, como se pode esperar dos dirigentes das grandes nações.

Ambos, Roosevelt e Stálin, naqueles momentos específicos defenderam o futuro do seu país e do seu povo, para superar o mundo da generosidade improvável e da ofensiva da hidra fascista de mil cabeças. Para que nos salvemos juntos construindo um novo Brasil!

**\*Tarsó Genro** foi governador do estado do Rio Grande do Sul, prefeito de Porto Alegre, ministro da Justiça, ministro da Educação e ministro das Relações Institucionais do Brasil. Autor, entre outros livros, de Utopia possível (Artes & Ofícios). [<https://amzn.to/3ReRb6I>]

# a terra é redonda

**A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.  
Ajude-nos a manter esta ideia.**

[\*\*CONTRIBUA\*\*](#)

A Terra é Redonda